O GLOBO

ZUENIR VENTURA

O direito das minorias

Quando eu era pequeno e queria ser padre, aprendi que Jesus estava em todos os lugares discretamente, sem espalhafato, em silêncio, quase sem ser notado, a não ser pelos efeitos de seus milagres. No sábado passado, porém, aprendi que ele pode ser introduzido em algum lugar por meio de músicas em alto volume, gritos e anátemas. Isso se deu quando mais de mil pessoas estavam assistindo ao concerto da Orquestra de Câmera Franz Liszt, no Teatro Municipal, enquanto do lado de fora acontecia a Marcha para Jesus, que, depois de percorrer o Centro da cidade com sete trios elétricos, terminava com um show de cantores evangélicos num palco nas escadarias da Câmara de Vereadores. Embalada por um coro de anunciados 500 mil fiéis, já que todos pareciam conhecer os sucessos, a "festa gospel" tomou conta da Cinelândia e, como não podia deixar de ser, "vazou" para dentro do teatro. O ruído invasivo, perceptível em alguns pontos mais do que em outros, interferia num delicado concerto de violinos, violas, violoncelos e contrabaixo, com a participação especial do franco-suíço Emmanuel Pahud, um dos maiores flautistas da atualidade. O som que saía de sua flauta de ouro — é de ouro não só por causa do material de que é feita, mas pelos acordes que emite — conduzia Bach, Vivaldi ou Mozart a uma dimensão celestial, com licença pelo uso do termo.

Nada contra a Marcha, um espetáculo alegre e festivo, embora eu preferisse que o apresentador fosse menos belicoso e obscurantista. Não precisava amaldiçoar tanto e entregar a Satanás os que não comungam da mesma ira contra homossexualismo, casamento gay e aborto (sobrou até para a presidente Dilma). Mas, de qualquer maneira, a culpa pela duplicidade de eventos conflitantes no mesmo lugar não é dos evangélicos, e sim de quem autorizou a realização simultânea, sem antes consultar a programação do Municipal. Para não parecer privilégio elitista, pode-se argumentar que o espaço em que o concerto foi realizado criou uma tradição, pois abriga há mais de cem anos esse tipo de manifestação cultural, enquanto a Marcha tinha à sua disposição outros lugares até mais apropriados, como Sambódromo, Aterro e o Parque de Madureira, já que cerca de 300 ônibus trouxeram público da Zona Norte, subúrbios e Baixada Fluminense.

Na Marcha para Jesus, um apresentador belicoso e obscurantista. Não precisava amaldiçoar e entregar a Satanás os que não comungam da mesma ira contra homossexualismo, casamento gay e aborto

Afinal, democracia é quando a vontade da maioria respeita o direito das minorias.

PS. Salve a Comlurb. Para chegar ao Municipal, passava-se por montes de lixo. Ao sair, as ruas em volta estavam completamente limpas. Uma beleza.

O humorista Tutty Vasques, do Estadão, publicou que Alice, minha neta, e Lucinda, a do Verissimo, vão ser tema de uma mesa de debate na próxima Flip (de uma só?). Até agora, porém, não fomos comunicados oficialmente. ●

ROBERTO DAMATTA

Boatos e fuxicos

Minha experiência de vida foi marcada por fuxicos e boatos. Mais velho, aprendi que o escândalo e o fuxico são poderosos instrumentos de controle social. Cada qual sintoniza a seu modo coisas a serem evitadas ou desejos ocultos e reprimidos. Seu denominador comum, porém, como acentuaram Gordon W. Allport e Leo Postman num livro pioneiro, denominado "The Psychology of Rumor" ("A psicologia do boato") de 1947, é uma notória e excepcional ausência de informação entre o poder público e o cidadão.

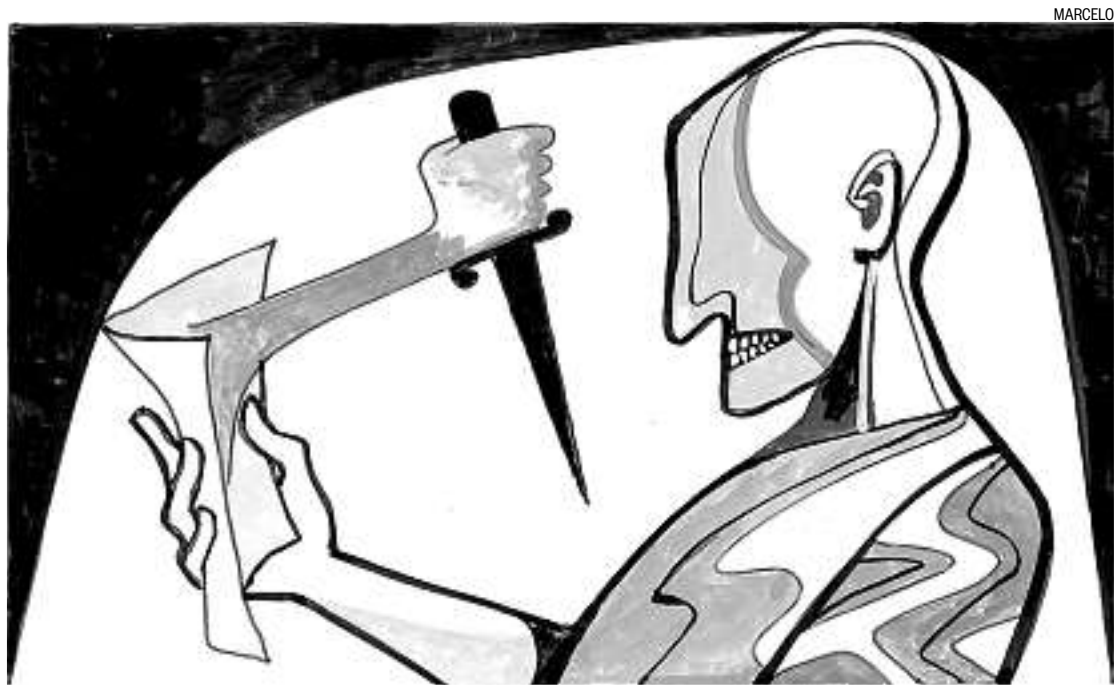
Ao lado da praga dos fuxicos e boatos, há as cartas anônimas — essas irmãs daquilo que circula pelo mundo sem autoria. Tal como acontece com as anedotas. Estas, porém, têm um desfecho, ao passo que os boatos e fuxicos ficam em suspenso até serem apurados, e a ambiguidade neles contida, desfeita pela informação aberta ou o pedido de desculpas. No nazismo e no comunismo, pessoas foram punidas por contarem anedotas sobre Hitler, ou Lênin. O único modo seguro de controlar a circulação de notícias é pela censura. Não é por acaso que projetos de censura estão sempre no ar e há um grande jornal debaixo de censura.

Não é agradável ouvir más notícias ou mentiras clamorosas sem autoria. Sobretudo quando essas informações são negativas e colocam em causa o que tomamos como sério e o que deve ser protegido ou honrado como um país em guerra, um povo amordaçado por um regime autoritário, ou um programa de governo tomado como vital pelos administradores públicos.

Eu fui envolvido em boatos, fuxicos e uma vez recebi uma desconcertante carta anônima. Estava num restaurante e, atendendo a um encontro marcado com o cretino que queria me envenenar, dele recebi a carta escrita em letra de forma e com muitos erros crassos de português, o que me conduziu imediatamente à suspeita de que o mensageiro era o autor da mensagem. Numa página e meia, a epístola destruía a reputação de uma moça. Lembro-me da revolta que senti ao ler as calúnias arroladas por um suposto ex-namorado da jovem, o qual, com o intuito sagrado de proteger a minha inocência, era obrigado a denunciar a vida sexual nada casta da minha querida amiga.

Após verificar o tamanho da falsidade e aquilatar a maldade do documento, descobrindo pela primeira vez na vida todo o mal que existe no fundo das almas humanas, não hesitei. Olhei nos olhos do autor-mensageiro e disse: "Você sabe o que a gente faz com isso?" Em seguida, risquei um fósforo. A chama fez a carta infame virar uma tira negra de cinzas. O olhar desapontado do mensageiro confirmou minhas suspeitas. Saí do encontro confiante na minha coragem de acreditar em mim mesmo.

MARCELO



Não sei por que você está falando em carta anônima quando não se escrevem mais cartas, diria um leitor desavisado. Ao que eu responderia, sem medo de errar: é justamente pelo fato de trocarmos mensagens instantâneas em casa, pela internet, que uma carta anônima teria hoje um peso ainda maior. Justo porque ela seria da mesma ordem de gravidade de uma notificação legal. O ato solene e mentiroso ("alguém me passou isso para você na rodoviária"...) quando da entrega do envelope fechado já assinala o peso da mensagem. Quem vai se dar ao trabalho de escrever e postar uma carta, senão para comunicar algo grave?

Essa combinação de moralidade e de denúncia, ao lado do anonimato que aponta a má-fé, são o denominador comum de boatos e fuxicos. Essas novidades que surgem nas entrelinhas do "real", mas que se ancoram na plausibilidade. A ausência de autores — o sumiço de quem fez ou mandou; ou a atribuição a uma instituição ou a um inimigo satanizado — tipifica essas mensagens sem donos, mas, dependendo da reação, com temíveis consequências. A mensagem é transmitida como um "ouviu dizer" e nessa antiautoria jaz a sua autoridade. Pois, pelas regras da comunicação humana, quanto mais séria a mensagem, mais demandamos saber a sua origem. Quem foi que disse? Quem escreveu? Quem deu a ordem?

O boato e o fuxico, como já revelava o conto "Quem conta um conto" (de 1873!) de Machado de Assis, ficam no ar até que alguém resolva descobrir quem os originou. E, na origem, podemos ser surpreendidos ao descobrir que autor e o receptor do fuxico, do conto, da anedota ou do boato são a mesma pessoa!

A lição a ser discutida e aprendida é que o boato tem a mesma natureza incontrolável da moda, do sucesso, do frouxo de riso e do gol. Ele nos escapa e some como um relâmpago. Resta apenas o significado fulgurante e este depende — como no caso em pauta do boato da suspensão do Bolsa Família e da doação de um bônus pelo Dia das Mães — de nossa imaginação, a qual, por seu turno está ligada a esse contexto eleitoral antecipado, que tem tudo a ver com o caráter inseguro e controlador dos governantes; o que nos remete, de volta, a aspectos estruturais de nossa história e sociologia política, que revela o infinito turbilhão humano com seus planos racionais e seus desejos ocultos.

Quem conta um conto... ●

Roberto DaMatta é antropólogo

Se Deus é brasileiro...

MAURO LAVIOLA

Foi-se o tempo em que os mexicanos queixavam-se de suas desventuras sintetizadas na célebre frase "lejos de Diós y cerca de los Estados Unidos".

Os dados mais recentes apontam índices expressivos de desempenho que contrastam com os da economia brasileira em 2012:

* crescimento do PIB de 3,9%;
* taxa de investimento de 21,5%;
* inflação controlada em 3,6%;
* carga tributária de 18% (metade da brasileira);
* encargos salariais um terço menores que no Brasil, e,
* participação de 73% de industrializados nas exportações do país.

Em matéria de burocracia os dados são alarmantes: lá o tempo médio para abrir uma empresa é de 9 dias, enquanto aqui alcança 119!

O desalinho financeiro mundial dos anos 2008/2009 piorou as finanças e os investimentos locais porque as empresas multinacionais passaram a concentrar suas aplicações no Sul do continente americano, especialmente no Brasil. Nesse cenário, é doloroso constatar que as duas maiores economias latino-americanas mantiveram-se de costas uma para outra desde o último decênio do século XX.

Enquanto o México avança, sustentamos um Mercosul falido e os desaforos da política comercial argentina

As cifras do comércio bilateral registram, até hoje, índices irrisórios e incompatíveis com o tamanho de suas economias.

Não se sabe bem por que o afastamento brasileiro-mexicano atingiu níveis tão críticos, mas percebe-se que o tempo revelou existir uma crise diplomática, não totalmente desvelada, entre as duas nações.

As duas nações trilham caminhos opostos. O Brasil vem adotando uma série de medidas pontuais para disfarçar as mazelas que provocam sua já endêmica falta de competitividade de bens industrializados no cenário internacional como forma de disfarçar sua incapacidade de promover uma série de reformas, perfeitamente identificadas, para dar um salto de qualidade.

Ao contrário, esmera-se na adoção de formas paliativas na obtenção de índices favoráveis de crescimento e distribuição de renda que não são sustentáveis no longo prazo e que tendem a comprometer seriamente de um lado, as contas públicas, de outro, o desempenho empresarial.

O México, por seu turno, parece ter acordado do pesadelo da proximidade ianque. Os últimos governos resolveram abrir a economia com aprovação do empresariado e do Legislativo, mediante um pacto federativo envolvendo 95 distintos compromissos visando ao aumento da competitividade, ao desmembramento de monopólios e ao fim da política de subsídios, entre outros.

Nas relações internacionais, o país desfruta de vários acordos de livre comércio envolvendo 44 países, especialmente do Primeiro Mundo.

Enquanto isso, entre outras mazelas, sustentamos um Mercosul falido e os desaforos da política comercial argentina.

Só nos resta fazer preces para que Deus seja um pouco mais brasileiro. ●

Mauro Laviola é vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil

O Brasil precisa decidir

ANDRÉS MALAMUD

"Sem pensamento estratégico vamos perder o que construímos." Assim falou Lula num encontro recente com intelectuais argentinos, segundo manchete do jornal pró-governo "Página/12". Para enfatizar que não se referia apenas ao Brasil, o ex-presidente acrescentou: "Ou crescemos juntos ou ficamos pobres todos juntos." As frases revelam duas preocupações. Por um lado, assinalam que não existe pensamento estratégico regional: se houvesse, não seria necessário alertar sobre a sua ausência. Por outro lado, reflete a convicção de que o destino do Brasil é indissociável do da América do Sul. Lula está em boa posição para defender a primeira afirmação, mas os fatos desmentem a segunda. Que falta pensamento estratégico, falta; mas os países da região não emergirão ou naufragarão em bloco. Pelo contrário, esta década testemunha uma novidade histórica: pela primeira vez em meio século, os caminhos se bifurcam. É preciso escolher.

Desde há cinquenta anos, a América do Sul move-se quase que em uníssono. A década de 1970 se caracterizou pelo retrocesso democrático (ditaduras na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai) e choques petrolíferos que afetaram cada país em função dos seus recursos: a Venezuela se beneficiou, mas a Argentina e o Chile sofreram e o milagre brasileiro acabou. Os anos 1980 trouxeram a recuperação coletiva da democracia e, ao mesmo tempo, ficaram conhecidos como "a década perdida" por causa da crise da dívida. Embora com um viés populista, nos anos 1990 a democracia resistiu em todos os países (exceto no Peru), e também em todos os países o neoliberalismo dominou as políticas econômicas. Como reação ao ajuste e consequente desemprego, na primeira década do século XXI houve uma guinada à esquerda: a onda cor de rosa varreu o continente e a direita ficou reduzida a enclaves como a Colômbia. A novidade chegou na década atual: os países sul-americanos, lenta mas consistentemente, começam a navegar em distintas direções. A Unasul, uma invenção brasileira de tenra idade, dilui-se dentro de uma América Latina maior. E a responsabilidade não é do culpado tradicional, os Estados Unidos, mas da potência que tende a substituí-lo: a China. A mudança de hegemonia esconde uma constante: o país que ordena a região continua sendo externo a ela.

Hoje, os que escolheram integrar-se ao mundo por meio do livre comércio crescem mais do que o resto. A Aliança do Pacífico, que reintroduz o México como membro da região ao lado do Chile, da Colômbia e do Peru, é a sensação do momento. Defronte à Aliança está a alternativa bolivariana encarnada pela Alba, que ostenta um pendor protecionista e cujo país-líder está afundando. O futuro político da Venezuela é incerto, mas o seu futuro econômico é tétrico. A Argentina, mesmo não pertencendo a nenhum dos dois blocos, se parece cada vez mais com o segundo. O terceiro grupo é o Brasil sozinho, espremido por um coração protecionista e um cérebro "aberturista". O seu desempenho econômico tem sido medíocre e, em consequência, quase nem pode consigo mesmo. O gigante carece da capacidade para intervir na vizinhança sob o risco de desmascarar a sua impotência e, por isso, limita-se a exercer uma suave e fraca influência. Mas o colapso iminente da Argentina e da Venezuela ameaça arrastá-lo e o debate interno se aquece: se o Brasil não pode resgatar os vizinhos, será que deve acompanhá-los? A resposta é óbvia e opções começam a ser estudadas. Uma delas é que o Mercosul imite a Comunidade Andina e, mantendo a ficção da integração, permita seus membros assinar tratados comerciais com terceiros países.

É verdade que a situação da Argentina ainda não é tão grave como a da Venezuela: ambas gozam de governos ruins, mas apenas Caracas sofre a maldição dos recursos. Noutras palavras, a crise argentina é autoinfligida e reversível. Porém, confiar na reversão é um risco que o Brasil não precisa correr. E, se o Brasil decidisse seguir em frente, aos argentinos apenas restaria o consolo de levantar a Copa no Maracanã.

Sem dúvidas, entre vencer o Mundial ou conceber um pensamento estratégico, muitos argentinos elegeriam a primeira opção. A eles, o seu governo os representa bem. Será que o brasileiro também? ●

Andrés Malamud é pesquisador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa